

## A SOCIEDADE NACIONAL: A NOVA DINÂMICA DEMOGRÁFICA

**População** é o conjunto de pessoas que residem em determinada área, que pode ser um bairro, um município, um estado, um país ou até mesmo o planeta como um todo. Ela pode ser caracterizada segundo vários aspectos: por religião, etnia, local de moradia (urbana e rural), atividade econômica (ativa ou inativa), faixa etária (jovens, adultos e idosos) e gênero (masculino e feminino), entre outros. Além disso, as condições de vida e o comportamento da população são retratados por meio de **indicadores sociais: taxas de natalidade e mortalidade, expectativa de vida, índices de analfabetismo, participação na renda etc.**

Quando nos referimos à população de um país, por exemplo, podemos considerar os conceitos de **populoso** e de **povoado**, que envolvem, respectivamente, a noção de **população absoluta** (número total de habitantes) e de **população relativa** (número de habitantes por quilômetro quadrado). Um país é considerado populoso quando o número absoluto de habitantes é alto. O Brasil é o quinto país mais populoso do planeta, com cerca de 192 milhões de habitantes (IBGE, 2009), embora seja pouco povoado, pois possui aproximadamente 22 hab./km<sup>2</sup>. Contudo, a qualidade de vida de uma população não é dada, simplesmente, sabendo-se determinado país é muito ou pouco povoado. Para tal, devem-se levar em consideração as condições socioeconômicas e, também, o acesso aos direitos humanos universais estabelecidos pela ONU como, por exemplo, alimentação, saúde, moradia, educação, entre outros.

Quanto mais acentuadas as diferenças sociais e a concentração de renda, maiores se tornam as distâncias entre a média dos indicadores socioeconômicos da população e a realidade em que vive a maioria dos cidadãos. No Brasil, por exemplo, a taxa de analfabetismo funcional da população que recebe até ½ salário mínimo por mês é quase seis vezes superior à que recebe mais de 2 salários mínimos. A igualdade também deve ser vista dentro do território no que se refere ao gênero, haja vista que, em muitos países emergentes, as mulheres ainda não possuem as mesmas condições de vida e oportunidades que são oferecidas aos homens. Especialmente na África Subsaariana e no Oriente Médio, as mulheres ainda sofrem grande discriminação e apresentam taxas de escolarização, participação política e condições de emprego bem inferiores às da população masculina, além de frequentes maus-tratos.

**Os dez países mais populosos - 2011**

País	Milhões de pessoas
China	1 347
Índia	1 241
Estados Unidos	313
Indonésia	242
Brasil	196
Paquistão	176
Bangladesh	150
Nigéria	162
Rússia	142
Japão	126

FUNDO de População das Nações Unidas (UNFPA). Relatório sobre a situação da população mundial 2011. Disponível em: <[www.unfpa.org.br](http://www.unfpa.org.br)>. Acesso em: 5 fev. 2012.

**Fonte: SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalizado. Vol. 3. 2ª edição. São Paulo: Scipione, 2012. p.113.**

A população mundial aumentou de 2,5 bilhões em 1950 para 7 bilhões em 2011. A proporção dos que vivem nos países pobres e emergentes da África, Ásia e América Latina aumentou de 68% a mais de 80%. Na China e na Índia, respectivamente com mais de 1,3 e quase 1,2 bilhões de habitantes em 2011, vivem aproximadamente 36% da população mundial. Já a proporção das pessoas que vivem nos países desenvolvidos diminuirá de 17% em 2011 para 14% em 2050 por causa da redução em seu ritmo de crescimento vegetativo. Em contrapartida, a população africana, que representava 9% da população mundial em 1950, deverá representar 21% em 2050. O crescimento demográfico de uma determinada área está ligado a dois fatores: ao **crescimento natural** e à taxa de migração.

O **crescimento natural**, também denominado **crescimento vegetativo**, corresponde à diferença entre nascimentos (natalidade) e óbitos (mortalidade) verificada numa população. A migração é a diferença entre a entrada e a saída de pessoas da área considerada. Tendo como referência essas duas taxas, o crescimento populacional pode ser positivo ou negativo.

Desde a Antiguidade, o crescimento populacional é tema de reflexão para muitos estudiosos que se preocupam com o equilíbrio entre a organização da sociedade, a dinâmica demográfica e a exploração dos recursos naturais. Com o desenvolvimento do capitalismo, a partir do século XVII, o crescimento populacional passou a ser estudado como um fato positivo, uma vez que, quanto mais pessoas houvesse, mais consumidores também haveria. Nessa época, foi publicada a

primeira teoria demográfica de grande repercussão, formulada pelo inglês **Thomas Robert Malthus (1766-1834)**.

Em sua teoria, **Malthus** apoiou basicamente duas hipóteses:

**1º** - Se não ocorrerem guerras, epidemias, desastres naturais etc., a população tenderia a duplicar a cada 25 anos. Cresceria, portanto, em progressão geométrica (2, 4, 8, 16, 32...) e constituiria um fator variável, que aumentaria sem parar.

**2º** - O crescimento da produção de alimentos ocorreria apenas em progressão aritmética (2, 4, 6, 8, 10...) e possuiria certo limite de produção, por depender de um fator fixo: a própria extensão territorial dos continentes.

A consequência da teoria de Malthus seria a falta de alimentos para abastecer as necessidades de consumo do planeta, ou seja, a fome. Para evitar esse flagelo, Malthus que era economista e pastor da Igreja Anglicana, na época contrária aos métodos anticoncepcionais, propunha que as pessoas só tivessem filhos se possuíssem terras cultiváveis para poder alimentá-los.

Quando elaborada, essa teoria parecia muito consistente. Os erros de previsão estão ligados principalmente às limitações da época para a coleta de dados, já que Malthus tirou suas conclusões partindo da observação do comportamento demográfico de uma região predominantemente rural, e as considerou válidas para todo o planeta no transcorrer da História. Não previu os efeitos decorrentes da urbanização na evolução demográfica e do progresso tecnológico aplicado à agricultura. A produção agropecuária atual é suficiente para abastecer muito mais que o total da população, a fome e a subnutrição existem porque as pessoas não possuem o dinheiro necessário para suprir suas necessidades básicas.

Em 1945, com o término da Segunda Guerra, foi realizada a Conferência de São Francisco (Estados Unidos), na qual foi criada a ONU. Através de um consenso, os participantes chegaram a conclusão que para se evitar um conflito militar em escala mundial, deveria haver uma harmonia entre os povos e, portanto, diminuição das desigualdades econômicas do planeta.

Nesse contexto histórico, foi formulada a teoria demográfica **neomalthusiana**, uma tentativa de explicar a ocorrência da fome e do atraso em muitos países. Segundo essa teoria, uma numerosa população jovem, resultante de elevadas taxas de natalidade e que eram verificadas em quase todos os países, necessitaria de

grandes investimentos sociais em educação e saúde. Com isso, sobriariam menos recursos para serem investidos nos setores agrícola e industrial, o que impediria o pleno desenvolvimento das atividades econômicas e, conseqüentemente, da melhoria das condições de vida da população. Ainda, segundo os neomalthusianos, quanto maior o número de habitantes de um país, menor a renda *per capita* e a disponibilidade de capital a ser distribuído pelos agentes econômicos.

Embora com postulados diferentes daqueles utilizados por Malthus, essa teoria chega a mesma conclusão: o crescimento populacional é o responsável pela ocorrência da pobreza. Seus defensores passaram a propor, então, programas de controle de natalidade nos países pobres e emergentes mediante a disseminação de métodos anticoncepcionais. Era uma conclusão bastante simplista, uma tentativa de enfrentar problemas socioeconômicos com programas de controle de natalidade e de acobertar os efeitos danosos dos baixos salários e das péssimas condições de vida que vigoram nos países em desenvolvimento, com base apenas em uma argumentação demográfica.

Na mesma Conferência de São Francisco, representantes dos países então chamados “subdesenvolvidos” elaboraram a **teoria reformista**, que chega a uma conclusão inversa à das duas teorias demográficas mencionadas.

Uma população jovem numerosa, em virtude de elevadas taxas de natalidade, não é causa, mas consequência do subdesenvolvimento. Em países desenvolvidos, com elevado padrão de vida da população, o controle da natalidade ocorreu de maneira simultânea à melhoria da qualidade de vida. Além disso, os cuidados com o controle de natalidade foram passados espontaneamente de uma geração a outra à medida que foram se alterando os modos de vida e os projetos pessoais dos membros das famílias, as quais, em geral, passaram a ter menos filhos ao longo do século XX.

Para os defensores da corrente reformista, a tendência de controle espontâneo da natalidade é facilmente verificável ao se comparar a taxa de natalidade entre as famílias pobres e as de maior poder aquisitivo. À medida que as famílias melhoram suas condições de vida (educação, assistência médica, acesso à informação etc.) permitindo uma diversificação dos projetos pessoais de seus membros, elas tendem a ter menos filhos. Dentre as três, a teoria reformista é a mais realista, por analisar os problemas econômicos, sociais e demográficos de forma sensata, partindo de situações concretas do dia a dia das pessoas.

Segundo a ONU, a taxa média de fecundidade necessária para a reposição da população sem que haja decréscimo no total é de 2,1 filhos por mulher. Caso a projeção da ONU se mantenha, entre 2010 e 2050 a população de 31 países pobres (Níger, Afeganistão e outros) vai duplicar ou aumentar ainda mais, enquanto em 45 países (Alemanha, Rússia e outros) a população vai decrescer no mesmo período.

Atualmente, o que se verifica na média mundial é uma queda dos índices de natalidade e mortalidade, embora em alguns países as taxas ainda se mantenham muito elevadas. Essa queda está relacionada principalmente ao êxodo rural (saída de pessoas do campo para se firmarem nas cidades) e suas consequências no comportamento demográfico, como:

- **maior custo para criar os filhos** – é mais caro criar filhos na cidade, pois é necessário adquirir maior quantidade de alimentos básicos, o ingresso dos dependentes no mercado de trabalho urbanos costuma acontecer mais tarde que no campo, o preço da moradia é mais elevado e as necessidades gerais de consumo (vestuário, lazer, medicamentos, transportes, energia, saneamento e comunicação) aumentam substancialmente.

- **acesso a métodos anticoncepcionais** – com a urbanização, as pessoas passaram a ter mais informação e acesso a farmácias, hospitais e postos de saúde e a pílulas anticoncepcionais, preservativos e esterilização, entre outros métodos contraceptivos.

- **trabalho feminino extradomiciliar** – no meio urbano, aumenta sensivelmente o percentual de mulheres que trabalham fora e desenvolvem uma carreira profissional. Para essas mulheres, sucessivas gestações acarretam queda no padrão de vida e comprometem a atividade profissional.

- **aborto** – por ser um procedimento considerado ilegal na maioria dos países, nos índices de abortos clandestinos são desconhecidos. Sabe-se, porém, que a urbanização elevou bastante sua ocorrência, contribuindo para a queda da natalidade.

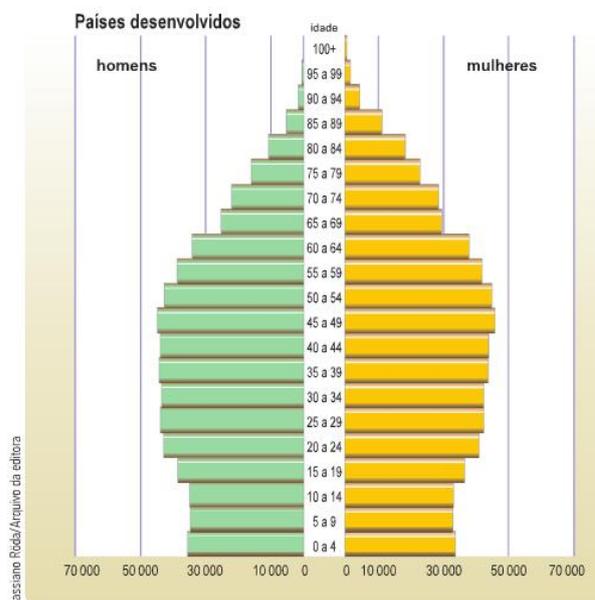
- **acesso a assistência médica, saneamento básico e programas de vacinação** – nas cidades, a expectativa de vida é maior que no campo. Portanto, com a urbanização, principalmente nos países em desenvolvimento, caem as taxas de mortalidade. A partir da Segunda Guerra, os avanços na ciência médica, principalmente a descoberta dos antibióticos e o desenvolvimento de vacinas, aliados à urbanização causaram uma grande queda nas taxas de mortalidade,

mesmo em países pobres. O crescimento vegetativo aumentou em todo o planeta até a década de 1970. A partir daí, as taxas de mortalidade, em condições normais, tenderam a estabilizar-se em níveis próximos a 0,6% nos países desenvolvidos e a continuar apresentando pequenas quedas nos países em desenvolvimento.

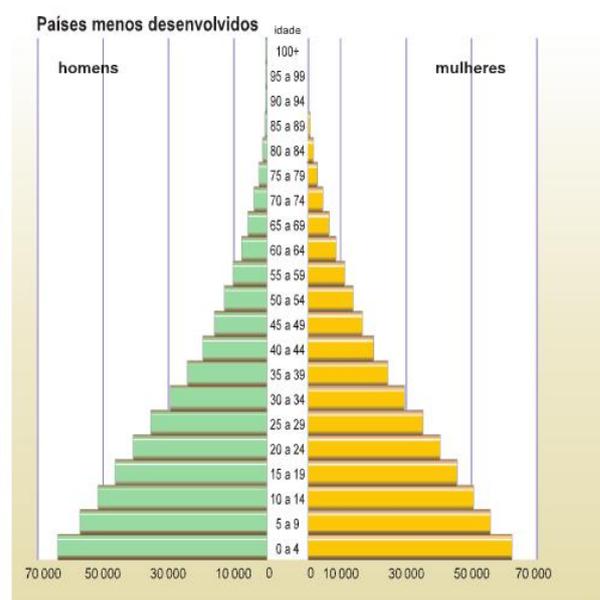
A estrutura da população mundial deve ser analisada considerando sua distribuição por sexo, número, idade, ocupação, renda, educação, saúde e outros indicadores que expressam os aspectos quantitativos e qualitativos da organização social, importantes para ações de planejamento, tanto governamental quanto privado.

A **pirâmide etária**, ou **pirâmide de idades**, é um gráfico que expressa o número de habitantes (em números absolutos ou relativos) e sua distribuição por sexo e idade. Pode retratar dados da população mundial, de um país, um estado, um município etc. Sua simples visualização nos permite tirar algumas conclusões referentes à taxa de natalidade e à expectativa de vida da população.

Pirâmide Etária dos Países desenvolvidos (2010)



Pirâmide Etária dos Países desenvolvidos (2010)



Fonte: SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalizado. Vol. 3. 2ª edição. São Paulo: Scipione, 2012. p.126.

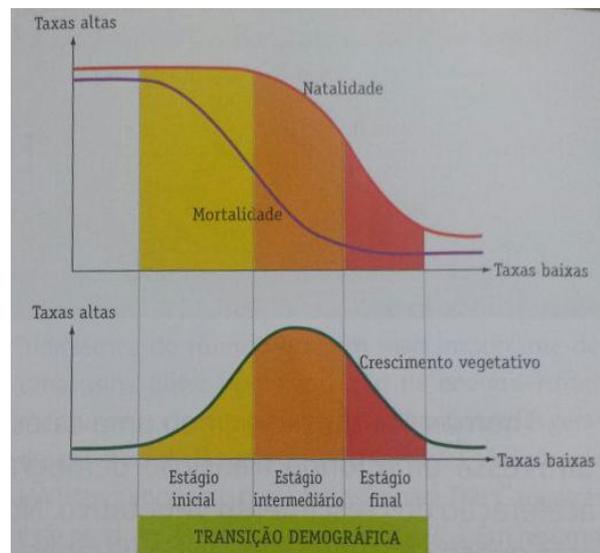
Se a pirâmide apresenta um **aspecto triangular**, o percentual de jovens no conjunto da população é alto. A **base larga** indica que a taxa de natalidade é alta. O **topo estreito** indica uma pequena participação percentual de idosos no conjunto total da população e, portanto, que a expectativa de vida é baixa. Alta taxa de natalidade e baixa expectativa de vida são características de países com menor

nível de desenvolvimento. Ao contrário, se a pirâmide não apresentar grande diferença da base ao topo, podemos concluir que a população recenseada apresenta baixa taxa de natalidade e alta expectativa de vida, características de países desenvolvidos e alguns emergentes.

O ritmo de crescimento já se encontra em queda praticamente no mundo inteiro. A teoria da **transição demográfica** explica essa redução nas taxas de crescimento populacional.

A **transição demográfica** é o processo pelo qual as sociedades passam do estágio de altas taxas para o de baixas taxas de natalidade e de mortalidade. Tanto o estágio inicial quanto o final da transição demográfica caracterizam-se pela pequena diferença entre as taxas de natalidade e de mortalidade, isto é, pelas baixas taxas de crescimento vegetativo. Entre um estágio e outro, contudo, verifica-se um “deslocamento” entre o comportamento das taxas de natalidade e de mortalidade, cujo resultado é a aceleração das taxas de crescimento vegetativo.

#### Teoria da Transição Demográfica



Fonte: MAGNOLI, Demétrio. *Geografia para o Ensino Médio*. São Paulo: Atual, 2012.

No estágio inicial, típico de sociedades tradicionais com economias baseadas na produção agrícola voltada predominantemente para a subsistência, as altas taxas de natalidade expressam a lógica reprodutiva da família camponesa, que amplia sua capacidade de produzir alimentos com o aumento do número de filhos que contribuem no trabalho coletivo. As taxas de mortalidade, por sua vez, refletem a baixa produtividade da economia, às voltas com cíclicas crises de escassez de alimentos, e o caráter precário da medicina e do saneamento básico.

No estágio final, típico de sociedades urbanas com economias pós-industriais, as baixas taxas de natalidade expressam a lógica reprodutiva contemporânea, na qual indivíduos integrados a competitivos mercados de trabalho adiam a decisão de criar filhos e limitam voluntariamente o tamanho da unidade familiar. De seu lado, as taxas de mortalidade refletem a elevada produtividade da economia, o desenvolvimento das tecnologias médicas e a difusão geral do saneamento básico.

Até a década de 1960, era possível classificar o nível de desenvolvimento de um país observando apenas sua pirâmide etária. Porém, a partir do intenso processo de urbanização e com os melhores resultados do planejamento familiar, muitos países em desenvolvimento e emergentes passaram a apresentar forte redução das taxas de natalidade e significativo aumento da expectativa de vida. Assim, não se pode mais caracterizar as condições de desenvolvimento de um país apenas pela análise de sua pirâmide etária. Essa classificação exige um estudo mais complexo, que considere vários indicadores sociais e econômicos, como vem sendo feito pela ONU desde 1990, com a divulgação do **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**.

O **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** mede o nível de desenvolvimento humano de um país (ou uma região) com base nos seguintes indicadores: **renda** (PIB *per capita*), **educação** (alfabetização e taxa de matrícula) e **longevidade** (expectativa de vida ao nascer). Seus valores vão de 0 a 1. Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano baixo, entre 0,500 e 0,799 têm desenvolvimento humano médio e 0,800 ou mais indica desenvolvimento humano alto.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007-2008, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir do ano de 2005 o Brasil passou a fazer parte dos países com alto desenvolvimento humano, ocupando o último lugar desse grupo (70º lugar, com IDH 0,805). Das três variáveis consideradas no cálculo do IDH a que apresentou a maior contribuição para a melhora do índice brasileiro foi o avanço na educação. Em contrapartida, a renda foi a variável que menos contribuiu.

A **distribuição da renda** é outro aspecto importante. Nos países em desenvolvimento, os serviços públicos em geral são muito precários, prevalecendo um mecanismo perverso de reprodução da pobreza. Filhos de trabalhadores de baixa renda dificilmente têm acesso a sistemas eficientes de educação, constituindo,

na maioria dos casos, mão de obra sem qualificação e, como consequência, mal remunerada.

Para medir a desigualdade social, ou seja, a desigualdade na distribuição da renda de um determinado país, unidade federativa ou município, usa-se o **coeficiente Gini**. A medição do índice Gini obedece a uma escala que vai de **0** (quando não há desigualdade) a **1** (com desigualdade máxima). O Índice de Gini do Brasil é um dos piores do mundo, muito distante dos primeiros colocados, como Hungria (0,244), Dinamarca (0,247) e Japão (0,249). Entre os 127 países analisados, o Brasil encontra-se na incômoda 120ª posição conforme dados do Banco Mundial, embora apresente perspectivas de evolução.

A transição demográfica no Brasil acompanhou o processo de modernização econômica e social, refletindo as transformações comandadas pela industrialização e pela urbanização. Ao longo desse percurso, as taxas de crescimento vegetativo, que alcançaram o pico de mais de 2,9% no início da década de 1960, retrocederam rapidamente, registrando as quedas mais expressivas em 1965-70 e 1985-95.

O Brasil ingressou no estágio inicial da transição demográfica no fim do século XIX, quando se iniciaram as políticas de saneamento público nas principais cidades. Obras de drenagem de pântanos, fiscalização sanitária dos cortiços e as primeiras campanhas de vacinação obrigatória anunciavam a atuação direta do Estado no campo da saúde pública. A figura de Oswaldo Cruz e a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, marcaram esse período.

Crescimento populacional e crescimento vegetativo não são sinônimos. Entre o fim do século XIX e a década de 1930, o ritmo do crescimento vegetativo brasileiro aumentou, em virtude da redução das taxas de mortalidade, mas o ritmo do crescimento populacional aumentou ainda mais, em virtude da contribuição decisiva da imigração.

A imigração estrangeira iniciou-se no Brasil poucos anos antes da independência e acelerou-se antes da metade do século XIX, com o processo de colonização agrícola familiar nas terras do Sul. Esses imigrantes tornaram-se pequenos proprietários rurais e formaram as colônias do Rio Grande do Sul, na serra Gaúcha, onde se fixaram italianos (Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi), e no vale do rio dos Sinos, onde se fixaram alemães (São Leopoldo e Novo Hamburgo); de Santa Catarina, com destaque para as colônias alemãs da

área de Joinville e do vale do Itajaí (Blumenau, Brusque); e do Paraná, com o predomínio dos eslavos.

O grande ciclo da imigração estrangeira, porém, foi deflagrado pela substituição do trabalho escravo na economia cafeeira. O período inicia-se em 1884 e termina em 1934, quando Getúlio Vargas, por meio da **Lei de Cotas**, limitou drasticamente a entrada de imigrantes. Nesse intervalo, chegaram ao país quase 4 milhões de imigrantes, que representavam bem mais de um quinto da população total recenseada em 1900. Os italianos formaram o maior grupo, com quase 1,4 milhão, seguidos pelos portugueses (1,1 milhão), espanhóis (590 mil), alemães (155) e japoneses (142 mil), que só começaram a chegar a partir de 1908. O estado de São Paulo recebeu a maior parte desses imigrantes.

Um novo e menor surto de imigração estrangeira coincidiu com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e prolongou-se até o imediato pós-guerra. Nesse período, o país recebeu principalmente judeus alemães que fugiam do nazismo e italianos que escapavam da devastação deixada pelo conflito.

Atualmente, ocorre imigração relativamente pouco intensa, constituída em especial por fluxos de coreanos, chineses, bolivianos e africanos que buscam o mercado de trabalho das principais metrópoles brasileiras, com destaque para São Paulo. Parcela significativa desses imigrantes não possui documentos legais de residência ou trabalho.

Além destas, também ocorrem movimentos migratórios dentro do território. A partir dos anos 1930, as migrações internas seguiram basicamente duas vertentes: para as fronteiras agrícolas e para o sudeste. As **migrações inter-regionais** (entre regiões) predominavam nesse período. Diversas políticas de interiorização do crescimento, desde a década de 1940, atraíram populações para a região central do país, num movimento conhecido como **marcha para o oeste**. São exemplos a construção e a transferência da capital do país para Brasília (1960) e a política de integração nacional, implementada na década de 1970.

A modernização da agricultura na Região Sul, a partir da década de 1970, liberou um excedente de mão de obra que migrou para o Centro-Oeste e para o Norte, fazendo avançar a fronteira agrícola. Tal processo de colonização teve o incentivo governamental e de empresas interessas em atrair contingentes populacionais para seus empreendimentos, formando as **frentes pioneiras**, caracterizadas pela presença de capital na produção. A expansão do povoamento

se fez em direção a novos espaços de fronteira econômica, dinamizados pela utilização de formas capitalistas de organização da produção.

Tendências mais recentes da mobilidade da população no Brasil apontam para o crescimento das **migrações intrarregionais** (de curta distância), dos fluxos urbano-urbano e intrametropolitanos. Ou seja, muitas pessoas têm migrado de uma cidade para outra no interior das áreas metropolitanas ou, ainda, de um município para outro, no mesmo estado, em busca de trabalho. Esses polos emergentes de desenvolvimento (por exemplo, os do interior paulista, como Ribeirão Preto e Campinas) apresentaram um dinamismo regional e condições similares às das metrópoles, contribuindo assim para uma nova redistribuição espacial da população.

Nesse novo cenário, cidades pequenas e médias, que apresentaram desenvolvimento econômico expressivo, têm sido o destino preferencial de muitos migrantes. Entre 1980 e 1990, 15% das pessoas que haviam migrado para a cidade de São Paulo transferiram-se para cidades menores no próprio estado, configurando uma **migração urbana-urbana**. Pequenos municípios do entorno das regiões metropolitanas, principalmente de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, também se tornaram novos polos de atração.

Além das migrações interestaduais e intraregionais, outros deslocamentos da população se destacam, entre eles as **migrações sazonais**, ou seja, aquelas realizadas temporariamente, em uma determinada época do ano. É o caso dos trabalhadores rurais que se deslocam para trabalhar na colheita de um produto e retornam após alguns meses, com o término do trabalho.

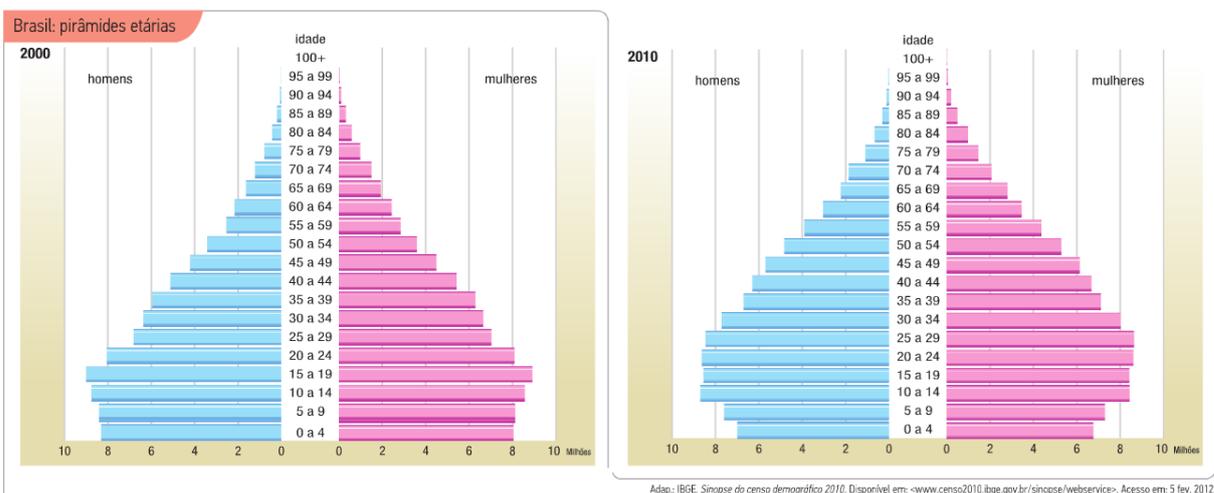
Nas metrópoles brasileiras é muito comum outro tipo de migração temporária, as **migrações pendulares**. Milhões de trabalhadores se movimentam diariamente entre os municípios da metrópole, retornando aos seus lares após a jornada de trabalho.

A **densidade demográfica** ou **população relativa** é a média de habitantes por quilômetro quadrado. É obtida dividindo-se a população absoluta pela área. No Brasil há áreas muito povoadas (elevada densidade demográfica) e áreas pouco povoadas (baixa densidade demográfica). A concentração das maiores cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre etc.) e das principais atividades econômicas (agricultura e indústria) na porção leste do país são responsáveis por essa distribuição irregular.

Na maior parte do estado do Rio de Janeiro, a densidade demográfica é superior a 280 hab./km<sup>2</sup>, em contrapartida, no Norte, em vastas extensões do território dos estados de Roraima, Amazonas e Amapá, a densidade não chega a 1 hab./km<sup>2</sup>. No Brasil, o estado menos **populoso** (com poucos habitantes ou pequena população absoluta) é Roraima, com 324.397 habitantes, e o mais populoso (grande população absoluta) é São Paulo, com 37.032.403 habitantes.

As pirâmides etárias brasileiras de 1970 e 2000 espelham fases distintas da transição demográfica. Em 1970, como resultado das elevadas taxas de natalidade prevalentes nas décadas anteriores, os jovens representavam mais de 53% da população. Se a base da pirâmide etária era larga, o vértice apresentava-se estreito, em virtude da baixa expectativa de vida, e os idosos representavam apenas 5% da população.

No ano 2000, a pirâmide exibia outra configuração. A base havia se estreitado, devido à redução das taxas de natalidade, e os jovens representavam pouco mais de 38% do total. Os adultos formavam a maioria da população e o vértice havia se alargado, em decorrência da elevação da expectativa de vida, os idosos representavam quase 8% do total.



Fonte: SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalizado. Vol. 3. 2ª edição. São Paulo: Scipione, 2012. p.150.

## EXERCÍCIOS

**1. (EsPCEEx - 2016) O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para**

avaliar o nível de bem-estar social de um país. Sobre o IDH, podemos afirmar que

I. o cálculo desse índice é feito com base nos seguintes indicadores socioeconômicos: longevidade, nível de instrução e PIB per capita.

II. tal como o coeficiente de Gini, os valores do IDH variam entre 0 e 1, e quanto mais próximos a zero, mais elevado será o IDH, isto é, melhores serão as condições de vida de um país.

III. o Brasil possui um IDH que o classifica acima da média de muitos países em desenvolvimento, porém encontra-se ainda atrás de países como a Argentina e o Uruguai.

IV. os IDHs apresentados pelos estados do Maranhão e de Alagoas, no Nordeste brasileiro, estão entre os piores do mundo, inferiores aos de países africanos, como Zimbábue e Lesoto.

**Assinale a alternativa que apresenta todas as afirmativas corretas.**

- a) I e III
- b) II e IV
- c) III e IV
- d) I, II e III
- e) I, II e IV

**2. (EsPCEEx - 2013) Assinale a alternativa que apresenta características da dinâmica populacional de um país quando este conclui a sua transição demográfica.**

- a) Alta taxa de fecundidade e de mortalidade.
- b) Alta taxa de natalidade e baixa taxa de mortalidade.
- c) Alta taxa de fecundidade e baixa taxa de mortalidade.
- d) Baixa taxa de fecundidade e alta taxa de mortalidade.
- e) Baixa taxa de natalidade e de mortalidade.

**3. (EsPCEEx - 2012) Sobre os indicadores socioeconômicos podemos afirmar que:**

I. O IDH do Brasil não reflete as condições de vida vigentes no País como um todo, em virtude de este apresentar fortes desigualdades regionais.

**II. O PIB per capita é, por si só, um dado suficiente para se avaliar as condições socioeconômicas de um país.**

**III. Tanto a taxa de analfabetismo como o nível de instrução possuem estreita relação com o rendimento (renda) da população.**

**IV. O cálculo do IDH baseia-se em três indicadores socioeconômicos: a expectativa de vida, o nível de instrução e a taxa de mortalidade infantil.**

**Assinale a alternativa que apresenta todas as afirmativas corretas:**

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e IV
- d) II, III e IV
- e) III e IV

**4. (EsPCEEx - 2012) “(...) uma população jovem e numerosa, em virtude de elevadas taxas de natalidade, não é causa, mas consequência do subdesenvolvimento. (...) Foi constatado que quanto maior a escolaridade da mulher, menor é o número de filhos e a taxa de mortalidade infantil.”**

<http://www.brasilecola.com>. Consulta em 05/04/2010.

**O trecho acima reflete aspectos defendidos pela teoria**

- a) Reformista.
- b) Malthusiana.
- c) Neomalthusiana.
- d) Ecomalthusiana.
- e) da Explosão Demográfica.

**5. (EsPCEEx - 2015) “Em 1989, o coeficiente de Gini atingiu no Brasil um pico de 0,636. Depois disso, apresentou reduções quase constantes, registrando 0,543 em 2009.”**

**O coeficiente de Gini é um importante indicador socioeconômico que revela em um país o grau de**

- a) escolaridade de sua população.
- b) desigualdade de renda.
- c) desenvolvimento humano da população.
- d) qualificação de sua mão de obra.

e) pobreza de sua população.

**06. (EsPCEEx - 2014) “... o povoamento do território brasileiro se fez baseado na formação de áreas de atração e áreas de repulsão de população. E, na atualidade, a distribuição espacial da população também obedece a essa dinâmica.” (ADAS, 2004, p. 300)**

**Sobre as características do fenômeno migratório no território brasileiro podemos afirmar:**

**I. assim como o Nordeste, na década de 1950, o Centro-Oeste e a Amazônia, a partir da década de 1990, também passam a ser considerados áreas de repulsão populacional.**

**II. na década de 1990, com a reativação de alguns setores da economia nordestina, como o turismo e a instalação de diversas empresas, estabeleceu-se um fluxo de retorno de população para o Nordeste.**

**III. observa-se que a participação da população migrante na população local tem maior expressão nas regiões de fronteira agropecuária, onde a expansão da produção agrícola tem gerado o aumento do emprego e da renda.**

**IV. segundo o IBGE, em São Paulo, o aumento do saldo migratório, registrado entre 1991 e 2000, revela que ocorreu aumento no fluxo de entrada de migrantes e significativa diminuição das saídas do estado.**

**V. tendências mais recentes da mobilidade da população no Brasil apontam para o aumento das migrações intrarregionais e dos fluxos urbano-urbano.**

**Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão corretas.**

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e IV
- d) I, IV e V
- e) II, III e V

**07. (PUCPR - 2016) Em agosto de 2013, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a projeção de que a “população brasileira continuará crescendo até 2042, quando deverá chegar a 228,4**

milhões de pessoas. A partir do ano seguinte, ela diminuirá gradualmente e estará em torno de 218,2 milhões em 2060”.

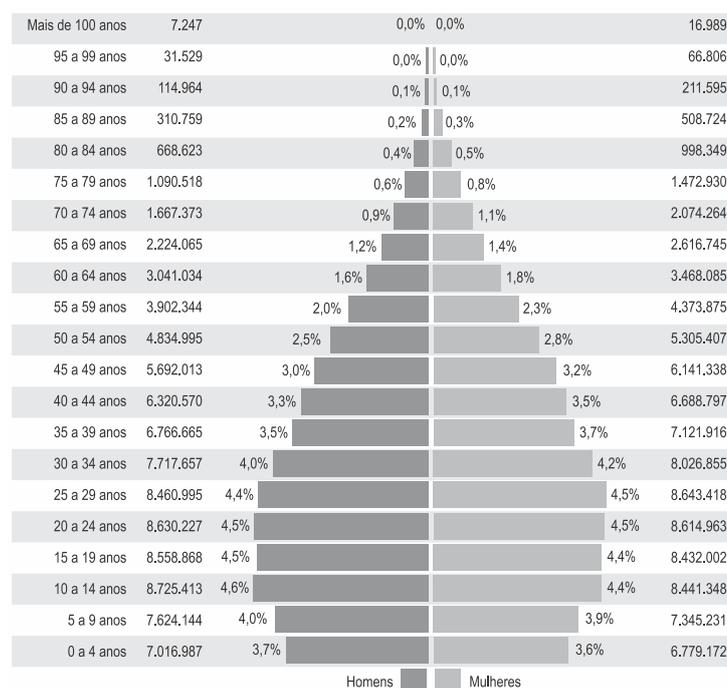
Adaptado de IBGE – Sala de imprensa. População brasileira deve chegar ao máximo (228,4 milhões) em 2042. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2455>>.

Acesso em: 15 ago. 2015.

A redução do ritmo de crescimento nas próximas três décadas e a diminuição da quantidade de brasileiros a partir de 2043 são reflexos principalmente

- a) da queda da taxa de fecundidade da mulher brasileira.
- b) do aumento da expectativa de vida.
- c) da atual implantação de políticas de controle populacional.
- d) da evasão de brasileiros em direção aos países desenvolvidos, devido à crise econômica iniciada a partir de 2004.
- e) da mudança do perfil da população brasileira de uma nação jovem para um país de idosos.

**08. (UNISC - 2016) A imagem abaixo apresenta a Pirâmide Etária brasileira, produzida por meio dos dados do Censo Demográfico de 2010. Tendo em vista suas informações e conhecimentos relativos às populações, analise as afirmativas que se seguem:**



Disponível em <http://vamoscontar.ibge.gov.br/atividades/ensino-fundamental-6-ao-9/49-piramide-etaria>. Acesso em 28/09/2015.

**I. O número de idosos no Brasil, de acordo com a Pirâmide Etária, é baixo em relação ao número de jovens e adultos. Deste modo, podemos afirmar que se trata de uma pirâmide jovem.**

**II. De acordo com a Pirâmide Etária, no Brasil, a expectativa de vida das mulheres é maior que a dos homens.**

**III. A pirâmide etária brasileira assemelha-se às pirâmides da maioria dos países desenvolvidos, tendo em vista que sua base é mais larga que o seu topo.**

**IV. Considerando a pirâmide etária brasileira, pode-se dizer que a população, nos próximos anos, tende a ser cada vez mais jovem.**

**Assinale a alternativa correta.**

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.